



**CONGRESO
IBEROAMERICANO**
DE CIENCIA, TECNOLOGÍA,
INNOVACIÓN Y EDUCACIÓN

BUENOS AIRES, ARGENTINA
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRE 2014

**CONGRESSO
IBERO-AMERICANO**
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO

BUENOS AIRES, ARGENTINA
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRE 2014

Importância das Tecnologias na Educação Inclusiva

RODRIGUES, E.B.T; SILVA, J.A; SANTOS, R.C.F.

Importância das Tecnologias na Educação Inclusiva

Edvânia Braz Teixeira Rodrigues. Email: edvaniacanedense@gmail.com¹
Julenice Alves da Silva. Email: julenice_as@hotmail.com²
Rejane Calixto Fernandes dos Santos. Email: rejane_calixto@hotmail.com³

Resumo: Este trabalho tem por finalidade apresentar alguns resultados referentes ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Semec, da cidade de Senador Canedo/GO/Brasil, assim como as ações implementadas pela Semec, visando uma educação pautada na concepção de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: educação inclusiva, tecnologia, deficiência.

Histórico da Educação Inclusiva no Brasil

Ao pensar em educação inclusiva é inevitável não considerar todo o processo histórico de discriminação e preconceito que imbuídos por valores sociais conceituam como “diferentes” as pessoas com deficiência. Convém lembrar que a constitucionalidade da educação inclusiva no Brasil é um fato desde 1988, tornando-se uma realidade cada vez mais desafiadora, pois o direito à educação não se configura apenas pelo acesso, mas também pela sua participação, permanência e aprendizagem ao longo da vida, envolvendo não apenas o desejo de mudar, mas a realização dessa mudança e um envolvimento dos sistemas de ensino, inspirados por teorias e norteados por políticas públicas exequíveis e claramente formuladas.

SASSAKI (apud RABELO e AMARAL, 2003, p.212), ao se referir à educação das pessoas com deficiência, aponta quatro fases distintas:

1. Fase da exclusão – Pelos relatos históricos as pessoas com algum tipo de deficiência eram consideradas entraves ao desenvolvimento, indesejáveis no convívio humano, excluídas do convívio social por serem consideradas ineducáveis, e na maioria das vezes chegavam a ser eliminadas fisicamente.
2. Fase da Segregação – Tem início no século XVI, mas se afirma como prática institucionalizada nos séculos XVIII e XIX. Os religiosos de várias instituições passaram a recolher essas pessoas e a se responsabilizarem por sua

¹ Mestre em Educação Escolar Brasileira pela FE/UFG, professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás, ex-diretora do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação-CEPAE/UFG, Ex-Superintendente de Desenvolvimento e Avaliação-Seduc/Go, atualmente, Secretária Municipal de Educação da cidade de Senador Canedo/Go.

² Mestre em Ciências da Educação, professora da Faculdade Araguaia/ Diretora da Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Senador Canedo/Go.

³ Pós-graduada em Psicopedagogia, graduada em Pedagogia. Diretora da Diversidade da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Senador Canedo/Go.

educação, que passa a ser realizada em institutos à parte, com uma visão muito mais reabilitadora, em que o pedagógico muitas vezes era esquecido, gerando uma subdivisão na educação: educação normal e educação especial.

3. Fase da integração – O estudante, nesta fase, passa a ser preparado para ser integrado ao processo educacional dito normal, o estudante é trabalhado, lapidado para acompanhar o ensino das escolas regulares e quando não consegue é enviado de volta às escolas ou salas especiais;
4. Fase da inclusão – Nesta, não é o estudante que tem que se adaptar à escola, mas é o processo inverso: as instituições educacionais é que tem de se modificar para atender a demanda da diversidade humana.

Nota-se, a partir dessas fases, que a inclusão implica em uma mudança de perspectiva educacional, que segundo MANTOAN (2003), não atinge apenas estudantes com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Em 10 de junho de 1994, dirigentes de mais de 80 países reuniram-se na Espanha e assinaram a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia dos direitos educacionais. Ela proclama às escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação.

Atendendo a todas essas mudanças, a educação inclusiva brasileira institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008, definindo a Educação Especial como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas de ensino, complementando a formação dos estudantes com deficiência, sem, contudo, confundir-se com que é específico do processo de escolarização comum. Dentre as novidades lançadas pela Política destaca-se o Atendimento Educacional Especializado AEE, o qual é um serviço da Educação Especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que elimina as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC 2008).

Com isso, desfazem-se então distorções que destituíram a Educação Especial de seu próprio lugar e reafirma esse novo lugar da Educação Especial nos sistemas de ensino, ou seja, a escolarização do estudante com deficiência é tarefa do ensino regular. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, além de esclarecer objetivos, recursos e sua funcionalidade, define o público alvo desta modalidade: estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/ superdotação. Diante do contexto histórico da Educação Inclusiva no Brasil é notória a significativa mudança no cenário escolar atual que ganha força alavancada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tornando a escola um ambiente mais acolhedor e capaz de romper com os ranços de discriminação e preconceito das diferenças, mesmo diante dos constantes desafios.

A cidade de Senador Canedo, localizada na Região Centro-Oeste, no Estado de Goiás e próxima da capital - Goiânia, atualmente conta com uma média de 100 mil habitantes, de acordo com o Programa de Saúde da Família. Possui 23 mil estudantes e 42 Unidades de Ensino da Educação Básica, compreendendo os seguintes níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. O processo de Educação Inclusiva neste município iniciou-se em meados do ano de 2002, ainda de forma tímida, uma vez que o ingresso dos estudantes com deficiência era bastante reduzido. A partir desse período, sobretudo, com o surgimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esse quadro mudou

significativamente. Atualmente Senador Canedo atende em média 400 estudantes com deficiência.

A Semec atende hoje, em média, 400 estudantes com deficiência, compreendendo a educação infantil, ensino fundamental I e II e a Educação de Jovens e Adultos; conta com 17 salas multimídias, distribuídas em todas as unidades escolares, possuem recursos tecnológicos acessíveis aos estudantes, público alvo, da educação especial, por intermédio de atividades desenvolvidas na sala multimídia, denominada Sala de Recursos e sob orientação do Professor de Recurso, que é o agente mediador na condução, seleção e acompanhamento de atividades e estratégias a serem aplicadas aos estudantes atendidos, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento cognitivo. Além disso, disponibiliza a esse estudante recursos de tecnologia assistiva⁴ fundamentais para a superação de suas limitações. Este trabalho vem se fortalecendo a cada dia alimentando o interesse e a motivação dos estudantes atendidos, por meio das atividades propostas possibilitando a superação de desafios pedagógicos que envolvem aspectos cognitivos e relacionais. Vem proporcionando, também, um leque de criatividade e encantamento, por meio da participação dos estudantes em atividades de caráter lúdico.

Neste sentido, verifica-se a necessidade de se investir fortemente, na inclusão digital em todas as escolas públicas municipais, de forma que nenhum estudante fique sem atendimento, independentemente da deficiência vivida. O trabalho tem apontado a categoria valorização da equidade como elemento indispensável no processo de educação com qualidade e excelência. Portanto, não só pelo acesso às ferramentas de multimídia, mas também pelo investimento nas relações interpessoais, que se alcançam os estudantes atendidos, formando-os para a atuação cidadã aqui e agora, assim como, na vida adulta, tendo oportunidades de participar nas comunidades em que vivem de forma transformadora, tanto no seio familiar como na relação com amigos e conseqüentemente, no mercado de trabalho.

Para o atendimento dos estudantes com deficiência, foi necessária a integração de um professor, com a função de professor de recurso, incumbido de acompanhar o estudante em sala de aula, auxiliando-o nas atividades escolares. No início, este professor só assistia aos estudantes três vezes por semana. Com o aumento da demanda e com a falta de uma sistematização no planejamento pedagógico para o atendimento, houve a necessidade de aumentar a carga horária do professor de recurso, que passou a cumprir o horário normal das aulas e atender de forma individualizada os estudantes com deficiência no turno inverso da escolarização. Nota-se que, a administração deste município, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cumpre o previsto no disposto legal, conforme Decreto nº 6571/2008, por meio da Resolução Nº 4 CNE/CEB, onde são instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

As Novas Tecnologias e a Educação Inclusiva

Nos últimos anos tem-se percebido o crescente uso das novas tecnologias em todos os âmbitos sociais. Mas, afinal, o que é tecnologia? Segundo BUENO (apud BRITO e PURIFICAÇÃO, 2012, p. 30) “é um processo contínuo através do qual a humanidade molda, modifica e gera a sua qualidade de vida”. De acordo

4 Conforme KLEINA (2012, p. 33), *tecnologia assistiva é um termo que foi implantado no Brasil em 1988, teve sua origem no termo em inglês assistive technology, sendo a sua função a de diferenciar alguns equipamentos de outros da área médica e hospitalar e padronizá-los.*

com essa definição, verifica-se, que a tecnologia vai muito além de meros equipamentos, ou seja, ela permeia toda a nossa vida. Diante desse contexto, no ano de 2007, o Governo Federal Brasileiro, por meio do MEC/SECADI, destinou a todos os municípios que apresentassem, via projetos, a necessidade de atendimento aos estudantes com deficiência; a partir da realidade apresentada, as escolas foram contempladas com as Salas de Recursos Multifuncionais - espaços localizados nas escolas públicas de educação básica, constituídos de mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos, tecnológicos, equipamentos específicos e de informática.

O município de Senador Canedo recebeu de início 12 Salas de Recursos Multifuncionais para o atendimento integral das necessidades pedagógicas de cada estudante com deficiência, bem como, o financiamento da dupla matrícula dos estudantes, público alvo da educação especial na educação básica, instituído no âmbito do Fundo Nacional da Educação Básica – FUNDEB, de modo a fomentar a organização e oferta do atendimento educacional especializado nas Instituições de Ensino. Até porque, a inclusão escolar impõe uma escola em que todos os estudantes independentemente de suas limitações cognitivas, físicas, sensoriais e motoras, tenham o direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que o excluirá das suas turmas, uma vez que é na escola que se aprende a viver entre os pares, dividir as responsabilidades e tarefas.

Com isso, várias mudanças aconteceram nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Senador Canedo, mudanças físicas, estruturais e arquitetônicas para melhor atender os estudantes com deficiência. A formação e capacitação dos professores e todos os agentes envolvidos tornou-se ferramenta indispensável. Assim, fazia-se necessário definir um instrumento que fosse capaz de conquistar, envolver e promover a aprendizagem dos estudantes com deficiência, uma vez que, o encantamento desses estudantes é o ponto de partida para o seu desenvolvimento. Na busca incessante por esse diferencial surge o uso da tecnologia a favor da educação inclusiva.

Dessa forma, aflora a seguinte reflexão: qual seria a estratégia que motivasse o estudante para a aprendizagem, interação, e elevação de sua autoestima? A tecnologia, em especial, o computador, sem dúvida, é uma das ferramentas capaz de promover a aproximação e despertar o interesse, bem como o encantamento do estudante pelo novo, reconhecendo sua importância e, com isso, superando barreiras impostas por suas limitações. Sendo assim, uma nova etapa inicia-se; ensinar aos estudantes com deficiência a lidar com a aprendizagem na era da informática e reconhecer sua importância para suas conquistas, possibilitando a sua inserção social.

Devemos nos preocupar com a questão da informática na educação porque as evidências, embora não são amplas e contundentes quanto se poderia desejar demonstram que o contato regado e orientado com o computador em uma situação de ensino/aprendizagem contribui positivamente para a aceleração do desenvolvimento cognitivo e intelectual, em especial no que diz respeito ao raciocínio lógico e formal, a capacidade de pensar com rigor e de modo sistemático (CHAVES, 1987, p. 31).

É importante destacar que enquanto o uso da tecnologia na educação ainda pode ser discutido, o seu uso na educação inclusiva deve ser obrigatório, já que muitos estudantes precisam desse meio para aprender, para mostrar seu potencial,

para interagir e, principalmente, para participar ativamente em nossa sociedade. O fato é que o uso das tecnologias além de possibilitar uma aprendizagem significativa, aproxima e fortalece a relação professor-estudante. Neste sentido, o estudante passa da condição de sujeito passivo, que só observa e nem sempre compreende, para um sujeito ativo e participativo. A tecnologia também auxilia o professor na busca de conteúdos atualizados, a fim de tornar as aulas atrativas, participativas e eficazes. Portanto, a ideia não é abandonar o quadro negro, mas inserir as novas tecnologias na sala de aula.

BRITO e PURIFICAÇÃO destaca que:

O uso das tecnologias educacionais foi caracterizado com base em dois pontos de vista; o primeiro vinculado à utilização dos meios pelos meios, e o segundo pela “família” para atender aos problemas educacionais. O segundo ponto de vista foi amplamente difundido no Brasil até meados dos anos de 1980, quando a tecnologia educacional era entendida fundamentalmente como a relação entre a tecnologia e a educação, que se concretiza em um conjunto dinâmico e aberto de princípios e processos de ação educativa resultantes da aplicação do conhecimento científicos e organizados para a solução ou encaminhamento de soluções para PROBLEMAS EDUCACIONAIS (Idem, 2012, p. 39).

Neste sentido, a inclusão escolar, ao envolver as novas tecnologias, desenvolve também um trabalho na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1997), ao estabelecer que a educação para este século se sustenta em 04 pilares:

- 1) Aprender a conhecer – Pressupõe combinar uma cultura geral suficientemente extensa e a possibilidade de trabalhar alguns assuntos em profundidade;
- 2) Aprender a fazer – Em que cada pessoa deve adquirir competência que a torne apta para enfrentar diferentes situações;
- 3) Aprender a conviver com os outros – Implica trabalhar em equipe, compreender o outro, perceber a interdependência, realizar projetos comuns e se preparar para gerir conflitos;
- 4) Aprender a ser – Pretende que cada pessoa desenvolva melhor sua personalidade, suas capacidades e sua autoestima.

Sem sombra de dúvidas uma das novas tecnologias que tem recebido destaque, tanto no meio social como nos projetos e nas ações didáticas, é o computador. De acordo com BRITO e PURIFICAÇÃO (2012), o que se tem observado são discussões e discursos sobre os benefícios e os malefícios que o uso dessa tecnologia engendra no processo educacional. Contudo, o foco principal dessa discussão é a forma de utilização das tecnologias no processo de ensino aprendizagem, uma vez que é essa a ação que passa necessariamente por um trabalho de formação continuada do professor. Essas autoras citam Sanchos que classifica as tecnologias em três grupos:

- 1 – Físicos – São as inovações de instrumentos físicos, tais como: caneta esferográfica, livro, telefone, aparelho celular, satélites, computadores;
- 2 – Organizadoras – São as formas de como nos relacionamos com o mundo e como os diversos sistemas estão organizados;

3 – Simbólicas – Estão relacionadas com a forma de comunicação entre as pessoas, desde o modo como estão estruturados e os idiomas escritos e falados até como as pessoas se comunicam.

A partir dessas definições, nota-se que as tecnologias na sala de aula não se constituem apenas em uma novidade e não se prestam ao disfarce dos reais problemas existentes, assim julgamos conveniente que os professores compreendam e aceitem que, atualmente, as mudanças tecnológicas nos proporcionam os instrumentos necessários para respondermos à exigência quantitativa e qualitativa de educação. O que precisamos saber é como conhecer essas tecnologias e adaptá-las as nossas finalidades (BRITO e PURIFICAÇÃO, 2012, p. 41).

Quando desenvolvemos um recurso de tecnologia assistiva para um estudante com deficiência, estamos também contribuindo para o aprimoramento do atendimento dos demais estudantes. O desenvolvimento e o uso da tecnologia assistiva fazem com que tenhamos de estudar, conhecer, observar, avaliar e propor novas modificações tanto em termos de materiais utilizados quanto em termos da nossa prática docente, que traz como consequência graduais melhorias no processo de ensino – aprendizagem (KLEINA, 2012, p. 40).

Vale destacar que o uso de novas tecnologias, de acordo com esta autora, sempre nos traz esperança, mas também desafios e insegurança, uma vez que novos espaços e materiais diferenciados provocam dúvidas e incertezas quanto às práticas de ensino e de aprendizagem. Por isso, é muito comum, no primeiro contato, o professor resistir em trabalhar com uma nova tecnologia em sala de aula. Para KLEINA (2012), é preciso buscar conhecimento para se trabalhar com os mais diversos recursos tecnológicos, adequando às necessidades de cada estudante. É importante reconhecer que nos dias atuais existe uma grande diversidade de recursos tecnológicos que podem auxiliar os estudantes com deficiência, contudo, para muitos professores conhecer esses recursos ainda é um grande desafio.

VALENTE (apud KLEINA, 2012 p.32) assegura que “muitas vezes, o educando tem limitada sua capacidade de aprendizagem porque não são oferecidas a ele as ferramentas adequadas para o próprio desenvolvimento”. O autor assegura que quando usamos uma ferramenta ou um recurso específico para um estudante que possui uma limitação, estamos fazendo uso de uma tecnologia assistiva.

Enfim, a padronização da tecnologia assistiva objetiva auxiliar na elaboração de leis que precisam de uma categorização desses recursos e equipamentos. No Brasil, encontramos derivações desse termo, como adaptações, ajudas técnicas, autoajudas e ajudas de apoio. É interessante lembrar que o ideal é deixar o estudante com deficiência explorar todas as tecnologias, assim como a nova tecnologia assistiva, para que ela também participe das adequações que poderão ser necessárias, uma vez que ela é capaz de mostrar formas de utilizar que serão muito mais produtivas do que as que constam simplesmente no manual.

Experiências de Uso das Tecnologias nas Escolas Municipais de Senador Canedo

No decorrer do processo histórico da educação inclusiva em Senador Canedo, muitos foram os desafios enfrentados pelos professores de recurso, professores regentes e os profissionais de apoio envolvidos no atendimento aos estudantes com deficiência. Boa parte desse alunado chegou à escola tardiamente; a

maioria ficava em casa sob os cuidados de seus familiares, pois o ensino regular para o estudante com deficiência era opcional, tendo como alternativa, a escola especial.

A partir de 2008, a escola especial deixa o caráter de instituição de ensino e passa a cumprir a função de ensino profissionalizante. Diante desse novo contexto, as famílias não tendo mais outra opção, levaram tempo para confiar na possibilidade de inclusão na escola regular, em especial o respeito dos estudantes diante das diferenças. Vale ressaltar que a interação do estudante com deficiência no âmbito escolar e os demais estudantes, acontecia harmoniosamente em curto espaço de tempo; ao contrário disso, a família, passava um bom tempo angustiada e insegura com essa nova realidade vivenciada pelo seu filho. Deste modo, a escola durante muitos anos realizou juntamente com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Senador Canedo, palestras e orientações pedagógicas para essas famílias.

Alguns estudantes apresentaram vários desafios para a equipe pedagógica das escolas; esses desafios se manifestavam das mais variadas formas: agressividade, choros constantes, agitação motora descontrolada, isolamento, além das dificuldades de concentração, atenção e o interesse pelas atividades propostas. Para minimizar tal situação, foi iniciado um trabalho de orientação e acompanhamento psicológico, realizado na própria escola, atendendo estudantes, pais, profissionais de apoio e professores. É importante destacar que as escolas da Rede Municipal de Ensino de Senador Canedo, atendem praticamente todas as deficiências: intelectual, física, auditiva, visual, múltiplas, autismo, Síndrome de Asperger, transtornos desintegrativo da infância, altas habilidade/superdotação.

Nas escolas onde havia grupos de estudantes com deficiência intelectual que já estavam acostumados a conviver em ambientes escolares, a estratégia foi priorizar o processo de alfabetização, por meio de softwares, que oferecem recursos audiovisuais coloridos e atrativos, para iniciar o processo de intensificação de situações relacionadas à leitura, escrita e raciocínio lógico.

No caso dos estudantes com transtorno do espectro autista, o processo é conduzido com bastante cautela, iniciado por meio da exploração de músicas, vídeos e filmes, uma estratégia que envolve conquista e confiança. Depois de concluída essa etapa, ocorre a construção de álbuns de comunicação alternativa para se trabalhar os mais variados aspectos que contribuíssem com a sua rotina. Esse álbum (virtual) fica à disposição dos estudantes que mediante suas dificuldades recorrem à sala de recurso multifuncional e acessam o material disponível nos computadores. Ainda em relação aos estudantes que apresentam esse espectro, essa acessibilidade aos recursos tecnológicos serve também de um ponto de equilíbrio, diante de suas crises.

Uma experiência de autismo que merece destaque é de uma criança do sexo feminino, de 03 anos, que durante 06 meses só aceitava conviver com crianças abaixo da sua idade, rejeitando por esse período todo tipo de alimentação que era oferecida naquela instituição de ensino. Para trabalhar a superação do isolamento dessa criança, várias alternativas foram experimentadas, contudo, a que de fato proporcionou êxito foi o uso do computador (notebook) como ferramenta de aproximação da criança com seu novo contexto, por meio de figuras variadas, onde as crianças brincavam com as outras, se alimentavam, participavam de atividades escolares e usavam o banheiro. A partir daí, foi construído um álbum virtual e diariamente a profissional de apoio oferecia o vídeo à aluna. Essa estratégia foi repetida diversas vezes, até que um belo dia, a aluna “abandona” o notebook enquanto observava as outras crianças brincando no pula-pula. Aos poucos foi se aproximando e delicadamente entrou no brinquedo junto com as outras crianças. Desde então, cada dia era uma nova conquista.

Outra experiência, que merece destaque, é de um estudante da Educação de Jovens e Adultos - EJA, com deficiência visual que foi alfabetizado a partir dos 40 anos de idade, como realização de um sonho antigo. Depois de ser alfabetizado na EJA, tornou-se um exímio escritor e já teve seus textos publicados nas três edições municipais do livro de poesia e crônicas destinados a todos os alunos da EJA do município de Senador Canedo, independente da sua condição física e intelectual.

Vale ressaltar que os estudantes com deficiência visual receberam da Semec máquinas Braille para que todos pudessem dar continuidade em suas atividades em casa. Em todas as instituições de ensino do município, o estudante com deficiência visual conta com diversos recursos: softwares, lupa eletrônica, scanner, impressora Braille e notebooks exclusivos para seu uso, garantindo assim, a oportunidade para que esses estudantes além de dar continuidade aos seus estudos possam conquistar autonomia intelectual, social e econômica.

A Prefeitura Municipal de Senador Canedo por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, objetivando o incentivo e a circulação das informações acerca do trabalho desenvolvido com os estudantes com deficiência, lançou no município no ano de 2009, a Revista “Galera Canedinho”, contando a história de vida dos estudantes com deficiência, que são atendidos na Rede Municipal de Ensino, deste município. A primeira edição abordou o tema hiperatividade e seus desafios no contexto escolar. A história retratou um garoto, personagem fictício “Dinho” com comportamento indisciplinado e com dificuldades de se relacionar com os colegas, contudo, tinha um grande sonho, aprender a ler.

A segunda edição da revista contemplou a deficiência múltipla, retratando a história de uma estudante, uma adolescente que devido a seu alto grau de comprometimento, a mãe nunca havia colocado na escola. Porém, talvez por obra do destino tornou-se vizinha de uma escola municipal, que mudou toda a sua história de vida. Iniciou seus estudos aos 15 anos, usando cadeira de rodas, os membros eram atrofiados, o vocabulário era muito restrito e apresentando-se totalmente dependente. Atualmente, a estudante já não precisa mais da cadeira de rodas, gosta muito da convivência na escola e mantém um excelente relacionamento com seus colegas, além disso, hoje participa efetivamente de todas as apresentações culturais promovidas pela escola.

Já a terceira edição abordou a Síndrome de Down, contando a história de uma estudante que era uma menina muito alegre e falante, mesmo com todos os prejuízos da deficiência intelectual conseguiu ser alfabetizada.

As edições publicadas foram distribuídas em toda a Rede Municipal de Ensino, bem como, nas cidades circunvizinhas a Senador Canedo. Cada professor adaptou o material e trabalhou conforme o contexto da sua sala de aula, nascendo deste trabalho, frutos significativos de respeito às diferenças.

Em cada lançamento das edições, a Semec promoveu o “Encontro de Pais” tendo como público os pais de todos os estudantes com deficiência e toda comunidade escolar; um evento com o objetivo de trabalhar informações acerca das deficiências e, principalmente, da importância da conscientização da família e da escola, em relação às deficiências, como fator primordial para a superação de todas as barreiras.

Considerações Finais:

O desenvolvimento da tecnologia, como foi percebido, atinge diretamente as formas de vida da sociedade. Assim, a escola não pode ficar à margem dessa mudança, em especial, as escolas inclusivas, mas precisa criar estratégias inovadoras de comunicação, novos estilos de trabalho, principalmente, novas maneiras de conduzir e ter acesso ao conhecimento, utilizando as mais variadas ferramentas tecnológicas a fim de despertar no estudante, cada vez mais o prazer de estudar.

Percebeu-se neste estudo que as tecnologias assistivas proporcionam às pessoas com as mais variadas deficiências, maior independência e aquisição de competências que as tornem aptas a enfrentar no cotidiano, numerosas situações e assim tenham cada vez mais qualidade de vida. Neste sentido, nota-se que ao trabalhar com a tecnologia na educação inclusiva, faz-se necessário estar em constante busca pela inovação, considerando que a tecnologia deve fazer parte da prática pedagógica do professor.

Outro fator digno de consideração é a relação professor-estudante, relação esta, imprescindível para o processo de desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, já que o ingrediente primordial aqui é o respeito às diferenças. Convém ressaltar que a diversidade produz no estudante com deficiência, autonomia e aprendizagem necessárias para ser autor da própria história.

O professor de recurso como agente transformador e mediador do processo de ensino e aprendizagem, precisa antes de tudo, respeitar as diversidades e possibilitar o desenvolvimento das habilidades dos estudantes. Dessa forma, o professor para lidar com o estudante com deficiência necessita ir além das áreas conteudistas habituais de formação, conhecendo e desenvolvendo um conjunto de práticas que permita aos estudantes alcançar o sucesso, isto é, atingir o limite superior das suas capacidades.

Embora nas experiências relatadas muitos sucessos foram alcançados, grandes são os desafios enfrentados por todos os agentes envolvidos nessa grande missão de tornar a escola verdadeiramente inclusiva, além disso muitos desafios ainda se apresentam para serem enfrentados, fazendo-se necessário a participação e envolvimento de todos em uma conquista que parte da dedicação e comprometimento diária.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. (2008). *Decreto Nº 6.571/2008*. Brasília: MEC/SEES.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (1994). *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2009). Resolução 4/2009. Brasília: CNE/CEB, 2009. Diário Oficial da União, Brasília.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRITO, G. S.; PURIFICAÇÃO, I. (2012). *Educação e novas tecnologias: um (re) pensar [livro eletrônico]*. Curitiba: Intersaberes.
- CHAVES, E.O.C. (1987). *Informática na educação: Uma reavaliação*. São Paulo, Cadernos CEVEC n.3 p.31.
- KLEINA, C. (2012). *Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva*. [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes.

MONTOAN, M. T. E. (2003). *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Editora Moderna, 2003.

RABELO, A. S; LIMA I. J. A formação do professor para a inclusão escolar :questões curriculares do curso de pedagogia. In: *Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar* (Orgs.). LISITA, V. M. S. S; SOUSA, L. F. E. C. P. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORD.